|  |
| --- |
| TEMA: ‘‘ Previdência e Trabalho, com foco nas Mulheres’’ |

**Senado Federal**

**Comissão de Direitos Humanos – CDH, Anexo II, Plenário 06**

**15 de Março de 2019. Início: 14h, término 15:44.**

A audiência foi presidida pelo autor do requerimento e presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS). Com o uso da fala, a líder do grupo Mulheres do  Brasil, Maria da Glória Guimarães se posiciona de uma maneira geral à favor da Reforma da Previdência, pois compreende que essa é necessária do ponto de vista econômico e que ao se atender os interesses do mercado esse irá investir no país e favorecer as mulheres com a geração de emprego e renda ― visto que apesar de representar 52,4% da população em idade de trabalhar, elas correspondem a apenas 45,6% do mercado de trabalho devido ao desemprego gerado pela crise financeira ―, e portanto melhorar o ambiente familiar, pois muitas mulheres se submetem a violência doméstica por não terem outra fonte de renda. Entretanto Maria afirma ser importante uma reformulação da Reforma, de forma que ela atenda igualmente os interesses do mercado quanto da população.

Gleyce Anne Cardoso, Coordenadora-Geral de Assuntos e Desafios Socioculturais da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), em sua fala afirma a necessidade da Reforma da Previdência, dizendo não ter como fugir dela, pois é preciso superar o déficit. Ela afirma também que além de se aposentar as mulheres querem saúde, educação e o acesso aos serviços oferecidos pelo Estado que estão tendo a qualidade prejudicada por conta do desequilíbrio fiscal.

Marcela Azevedo, do Movimento Mulheres em Luta, diz ser necessário para o debate sobre a Reforma da Previdência saber e compreender as condições em que as mulheres se encontram hoje no mercado de trabalho: elas são as que mais enfrentam o desemprego e que também enfrentam as piores condições de trabalho ― desde receberem salários de 25% à 30% menores que homens exercendo a mesma função, serem 70% dos trabalhadores que vivem com um salário mínimo no Brasil, terem uma maior rotatividade no mercado de trabalho, sendo as primeiras a serem demitidas, e estarem nas condições mais precárias de trabalho. Neste contexto, portanto, que deve ser analisada à proposta de Reforma da Previdência. Ela não altera somente a idade mínima de aposentadoria e o tempo de contribuição, o que já geraria um impacto negativo significativo pois hoje a maioria das mulheres se aposenta pela idade porque não consegue atingir o tempo de contribuição pelas interrupções sofridas (maternidade, falta de creches públicas para deixar os filhos, responsabilidade de cuidar dos membros da família quando esses adoecem, a maior rotatividade, o próprio machismo do mercado de trabalho, etc.) durante a vida profissional, mas além disso a Reforma da Previdência desconsidera a dupla jornada de trabalho enfrentada pelas mulheres, irá gerar a perda de benefícios como o PIS que será reduzido, o BPC hoje garantido para a população de baixa renda também será reduzido, e a redução de 50% da pensão por morte.

Em resumo, a Reforma irá aprofundar ainda mais essas desigualdades, sendo uma perda de direitos que já são mínimos para o conjunto de trabalhadores, como vai precarizar ainda mais as condições de trabalhos enfrentadas pelas mulheres. Ela aponta como alternativa para a superação do déficit o pagamento pelas grandes empresas devedoras à Previdência, pois afirma que não é justo que os trabalhadores e trabalhadoras paguem com seus direitos uma dívida que não foi gerada por eles. Marcela relembra também que o discurso a favor da Reforma apontando-a como solução para o desemprego no país foi o mesmo usado para a Reforma Trabalhista, e hoje se percebe que o desemprego aumentou.

Marcelo Couto Dias, assessor da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, aborda a Reforma destacando o gasto de 903 bilhões com a Previdência de acordo com dados desse ano, enquanto se gasta 132 bilhões com saúde, e que no modelo atual se gasta um pouco mais de 6 vezes com a Previdência do que com a Saúde, 8 vezes mais do que se gasta com a Educação. Ele afirma que o investimento do governo nessas outras áreas depende dessa Reforma e que sem mudanças em 10 anos sobrará 20% do orçamento para investimento nessas áreas, e em 15 anos sem mudanças todo o orçamento será para pagar a Previdência. Diz também que mesmo sendo um país jovem e em transição, o Brasil tem um gasto maior em Previdência do que países como Itália onde a maior parte da população é mais velha. E com a Reforma a capacidade de investimento do governo em outras áreas que a população tanto demanda aumenta, melhorando a vida das mulheres. E por fim que, segundo estudos, mesmo que todas as dívidas dos grandes devedores da Previdência fossem pagas ainda assim não seria suficiente.

Marcela Azevedo retoma a fala comentando sobre a capitalização e a impossibilidade de 80% da população brasileira que ganha um salário mínimo poupar 10% da renda para o regime, visto que tem necessidades imediatas (comer, morar, vestir, etc) que consomem toda da pouquíssima renda, e relembra ainda a rotatividade das mulheres no mercado de trabalho e como elas a interrupções que elas sofrem prejudicariam ainda mais as trabalhadoras, que não teriam como contribuir durante essas pausas. Ela traz dados também de que 54% do orçamento vai para o pagamento da dívida pública, o que se espera economizar da Previdência em 10 anos, cerca de 1,3 trilhões, é o que se paga anualmente da dívida pública, dívida essa que é muito contestada por ser considerada superada em vários estudos. Dessa forma outra alternativa à Reforma é uma auditoria da dívida pública, priorizando os interesses sociais do que os interesses dos setores empresarial e banqueiro.

O senador Paulo Paim (PT-RS) aponta algumas alternativas para a superação do déficit: Reforma Tributária Solidária, tributação de grandes fortunas ou grandes heranças, apropriação de débito, endurecimento do combate à sonegação de impostos, ou seja, ele argumenta que a Reforma da Previdência não é a única saída para o país, como tem anunciado parte da mídia.